

STJ00114046

CURSO DE DIREITO  
COMERCIAL

SÉRGIO CAMPINHO

FALÊNCIA  
E RECUPERAÇÃO  
DE EMPRESA

12ª edição  
2022

saraiva  jur



**saraiva**  
EDUCAÇÃO



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC** | [sac.sets@saraivaeducacao.com.br](mailto:sac.sets@saraivaeducacao.com.br)

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência editorial e de projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Gerência editorial</b>	Isabella Sánchez de Souza
<b>Edição</b>	Estevão Bula Gonçalves
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Estela Janiski Zumbano
<b>Arta e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Emilly Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
<b>Diagramação e revisão</b>	Kalima Editores
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Produção gráfica</b>	Marii Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

**CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
WAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410**

C196c Campinho, Sérgio

Curso de Direito Comercial – Falência e Recuperação de Empresa / Sérgio Santos. – 12. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

512 p.

ISBN: 978-65-5362-185-5

1. Direito. 2. Direito Comercial. 3. Falência. 4. Recuperação de Empresa. I. Título.

2021-4568

CDD 346.07

CDU 347.7

**Índices para catálogo sistemático:**

- |                      |        |
|----------------------|--------|
| 1. Direito Comercial | 346.07 |
| 2. Direito Comercial | 347.7  |

**Data de fechamento da edição: 22-12-2021**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607251 CAE 791527

# SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> .....	19
-----------------------	----

## SEÇÃO I –DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS .....	25
1. Etimologia .....	25
2. Uma visão conceitual da falência .....	25
3. A compreensão da falência à luz do ordenamento jurídico brasileiro.....	28
4. Natureza da falência: direito material ou processual? .....	30
5. A falência como execução concursal .....	30
6. Conceito de falência .....	31
7. Conceito de recuperação judicial .....	32
8. Natureza jurídica da recuperação judicial .....	33
CAPÍTULO 2 SUJEITOS DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	37
1. O empresário (sistema restritivo) .....	37
2. A profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística .....	39
3. O empresário rural .....	39
4. O empresário individual .....	40

5. O espólio.....	40
6. O menor empresário .....	42
7. A sociedade empresária.....	43
8. A sociedade anônima.....	44
9. A sociedade de economia mista e a empresa pública .....	45
10. A instituição financeira.....	46
11. A sociedade seguradora.....	48
12. A sociedade operadora de plano de assistência à saúde .....	49
13. A entidade de previdência complementar .....	49
14. O transportador aéreo .....	49
15. A sociedade cooperativa e a sociedade cooperativa médica operadora de plano de assistência à saúde.....	50
16. A sociedade que exerce atividade rural .....	52
17. As concessionárias de serviços públicos de energia elétrica .....	53
18. Os clubes de futebol.....	53
<b>CAPÍTULO 3 JUÍZO COMPETENTE.....</b>	<b>55</b>
1. Conceito de principal estabelecimento .....	55
2. Prevenção.....	56
3. Natureza da competência .....	57
4. Encerramento das atividades.....	58
5. Alteração de estabelecimento .....	59
6. Filial de matriz situada no exterior.....	60

## **SEÇÃO II – ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA E ACERTAMENTO DO PASSIVO DO DEVEDOR**

<b>CAPÍTULO 4 O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO.....</b>	<b>65</b>
1. Visão geral e preliminar.....	65
2. A atividade do magistrado .....	65
3. A atuação do ministério público .....	66
4. Requerimento de falência pelo ministério público .....	69

---

CAPÍTULO 5 – O ADMINISTRADOR JUDICIAL .....	73
1. Posição jurídica .....	73
2. Nomeação e investidura .....	74
3. Impedimentos .....	76
4. Deveres e atribuições .....	77
5. Destituição .....	80
6. Substituição.....	80
7. Remuneração .....	83
8. Responsabilidade do administrador judicial.....	85
9. Prestação de contas.....	86
CAPÍTULO 6 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	91
1. Noção .....	91
2. Competências.....	91
3. Convocação.....	92
4. Instalação .....	94
5. Direção dos trabalhos .....	95
6. Composição .....	95
7. Deliberações, termo de adesão e outros mecanismos de tomada de voto ....	97
8. Direito de voto e seu exercício abusivo .....	103
9. Supressão do direito de voto.....	108
10. Órgão não obrigatório.....	110
CAPÍTULO 7 – COMITÊ DE CREDORES .....	113
1. Constituição e composição.....	113
2. Impedimentos.....	115
3. Atribuições e competências.....	115
4. Deliberações.....	116
5. Remuneração .....	117
6. Destituição .....	117

7. Responsabilidade civil .....	117
8. Órgão não obrigatório .....	118
<b>CAPÍTULO 8 – VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS .....</b>	<b>119</b>
1. Natureza da verificação de créditos .....	119
2. Habilitação de crédito .....	120
3. Impugnação de créditos.....	123
4. Julgamento na verificação de créditos .....	124
5. Recurso da sentença de impugnação .....	125
6. Condenação em honorários advocatícios .....	126
7. Quadro-geral de credores .....	127
8. Créditos fazendários .....	128
9. Créditos decorrentes da relação de trabalho.....	131
10. Créditos ilíquidos .....	133
11. Habilitação retardatária .....	133
12. Impugnação retardatária.....	136
13. Exclusão, reclassificação ou retificação de créditos .....	137

### **SEÇÃO III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

<b>CAPÍTULO 9 – FUNDAMENTOS DO INSTITUTO .....</b>	<b>141</b>
1. A crise econômico-financeira .....	141
2. O sistema bifásico de formação e aprovação do plano de recuperação judicial	143
<b>CAPÍTULO 10 – INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>147</b>
1. Legitimação ativa.....	147
2. Requerimento conjunto (grupo de sociedades) .....	148
2.1. Juízo competente.....	149
2.2. Litisconsórcio ativo (consolidação processual).....	150
2.3. Plano unitário de recuperação judicial (consolidação substancial) .....	154

3. Condições para a recuperação judicial .....	160
4. Requisitos formais do pedido e representação .....	167
5. Constatação prévia .....	171
6. Deferimento do processamento da recuperação judicial.....	173
7. Natureza jurídica do ato judicial.....	175
8. Recurso do despacho do processamento .....	175
9. Desistência do pedido .....	177
CAPÍTULO 11 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CREDORES .....	179
1. Créditos sujeitos à recuperação .....	179
2. Tratamento isonômico dos credores .....	183
3. Obrigações e valores inexigíveis .....	185
4. Suspensão das execuções, do curso da prescrição e proibição da construção de bens .....	185
5. Novação recuperacional e o período de supervisão judicial.....	191
CAPÍTULO 12 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS E À PESSOA DO DEVEDOR.....	195
1. Restrição à livre disposição dos bens .....	195
2. Proibição de distribuição de lucros .....	198
3. Afastamento do devedor ou de seus administradores .....	200
CAPÍTULO 13 – A REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	203
1. Meios de recuperação .....	203
2. Atos de concentração.....	205
3. Financiamento do devedor .....	209
4. Plano de recuperação: prazo de apresentação, conteúdo e tratamento do crédito de natureza trabalhista .....	212
5. Manifestação dos credores .....	214
6. Prazo de realização da assembleia geral de credores e prazo de suspensão das execuções.....	215

7. Apresentação de certidões negativas de débito fiscal.....	217
8. Julgamento.....	223
9. Plano oferecido pelos credores.....	224
10. Alienação de filiais ou UPIS .....	228
11. Estado de recuperação e seu encerramento.....	231
12. Revisão do plano de recuperação judicial: pressupostos, condições e efeitos	235
13. Plano especial de recuperação judicial.....	239
<b>CAPÍTULO 14 – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....</b>	<b>245</b>
1. Hipóteses .....	245
2. Eficácia dos atos .....	248

### **SEÇÃO IV – FALÊNCIA**

<b>CAPÍTULO 15 ESTADO DE FALÊNCIA.....</b>	<b>251</b>
1. Pressupostos .....	251
2. Qualidade de empresário.....	251
3. Insolvência do empresário .....	251
4. Sistema do patrimônio deficitário.....	252
5. Sistema da incapacidade de pagar .....	252
6. Sistema da cessação de pagamentos.....	253
7. Sistema da impontualidade.....	253
8. Sistema da enumeração ou indicação de fatos concretos, precisados em lei	254
9. Sistema adotado pelo direito positivo brasileiro .....	254
10. Insolvência presumida ou confessada.....	255
11. Conceito de insolvência.....	255
12. Decretação judicial da falência.....	256
13. Pluralidade de credores.....	256
<b>CAPÍTULO 16 – DEVEDOR EMPRESÁRIO.....</b>	<b>259</b>
1. Empresário individual .....	259



2. Falência dos legalmente impedidos de exercer a atividade de empresário ...	260
3. Sociedade empresária.....	261
4. Sócio de responsabilidade solidária e ilimitada.....	261
5. Sócio de responsabilidade limitada .....	265
6. Administradores das sociedades anônima e limitada .....	268
7. Sócio comanditário .....	269
8. Sócio oculto .....	269
9. Sócio da sociedade limitada e controlador da sociedade anônima .....	270
10. Ação de responsabilidade.....	271
10.1. Objeto do pedido.....	272
11. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	273
12. Sociedade em conta de participação.....	275
13. Sociedade em comum.....	276
14. Prova da qualidade de empresário.....	277
CAPÍTULO 17  INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	279
1. Visão geral.....	279
2. Sistema da impontualidade.....	279
2.1. Obrigação líquida.....	280
2.1.1. Letra de câmbio não aceita .....	281
2.1.2. Duplicata não aceita.....	281
2.1.3. Duplicata virtual, escritural ou eletrônica.....	284
2.1.4. Créditos líquidos que não ensejam falência .....	288
2.2. Título executivo .....	288
2.3. A prova da impontualidade: protesto do título .....	289
2.3.1. Protesto comum e protesto especial.....	290
2.3.2. Protesto de sentença.....	293
2.3.3. Intimação do devedor .....	294

2.3.4. Local do protesto .....	296
2.3.5. Processamento e formalidades do protesto.....	296
2.4. Valor superior a quarenta salários mínimos.....	298
2.5. Relevante razão de direito.....	299
2.6. Crítica conceitual ao sistema da impontualidade .....	301
3. Sistema de enumeração legal.....	305
3.1. Execução sem pagamento ou garantia.....	306
3.2. Atos ruinosos.....	314
3.2.1. Liquidação precipitada e uso de meios ruinosos ou fraudulentos para pagar .....	315
3.2.2. Realização de negócio simulado ou alienação de ativo .....	316
3.2.3. Traspasse do estabelecimento .....	317
3.2.4. Transferência simulada do estabelecimento principal .....	317
3.2.5. Outorga ou reforço de garantia .....	318
3.2.6. Ocultação, fuga ou abandono do estabelecimento .....	318
3.2.7. Descumprimento de obrigação do plano de recuperação.....	319
CAPÍTULO 18 – DECRETAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA.....	321
1. Natureza do processo pré-falimentar .....	321
2. Legitimação processual ativa.....	321
2.1. Iniciativa do devedor .....	322
2.2. Iniciativa do cōnjuge sobrevivente, do herdeiro ou do inventariante.	324
2.3. Iniciativa dos sócios.....	325
2.4. Iniciativa dos credores .....	326
2.5. A iniciativa da Fazenda Pública .....	327
3. Defesa do requerido .....	329
4. O depósito elisivo da falência .....	331
5. Decretação da falência.....	333
6. Termo legal da falência.....	334

7. Continuação provisória das atividades .....	336
8. Publicidade da sentença .....	337
9. Natureza jurídica da sentença .....	338
10. Coisa julgada .....	338
11. Recurso .....	339
12. Unidade e universalidade do juízo da falência .....	340
13. Sentença denegatória da falência .....	346
13.1. Condenação em perdas e danos .....	348
14. Natureza do processo de falência .....	350
<b>CAPÍTULO 19 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO</b>	
<b>À PESSOA DO FALIDO .....</b>	
1. Condição jurídica do falido .....	351
2. Direitos do falido .....	351
3. Inabilitação empresarial .....	352
4. Obrigações legais do falido .....	353
5. Restrição ao livre trânsito .....	354
6. Sigilo de correspondência .....	355
<b>CAPÍTULO 20 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO</b>	
<b>AOS BENS DO FALIDO .....</b>	
1. O desapossamento dos bens e a formação da massa falida objetiva .....	357
2. Arrecadação e custódia dos bens .....	358
3. Arrecadação frustrada ou exígua .....	359
4. Bens excluídos da arrecadação .....	360
5. Auto de arrecadação dos bens .....	365
6. Liquidação antecipada dos bens .....	366
7. Geração de rendimentos a partir dos bens arrecadados .....	367

CAPÍTULO 21 EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CREDORES .....	369
1. A formação da massa falida subjetiva .....	369
2. Credores concorrentes e credores concursais.....	369
3. Credores reivindicantes .....	370
4. Credores extraconcursais .....	370
5. Credores não admitidos.....	370
6. Credores por obrigações solidárias.....	372
7. Efeitos jurídicos quanto aos direitos dos credores e eficácia da convenção de arbitragem.....	373
8. Vencimento antecipado da dívida do falido.....	374
9. Suspensão das execuções individuais dos credores.....	375
10. Cessação da fluência de juros.....	375
11. Suspensão do curso do prazo prescricional.....	377
CAPÍTULO 22 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO .....	379
1. Contrato: conceito e classifica�o .....	379
2. Contratos bilaterais .....	380
3. Contratos unilaterais .....	382
4. Coisas vendidas, ainda em trânsito .....	382
5. Venda de coisas compostas.....	383
6. Venda de coisa móvel ou presta�o de serviços pagos em presta�oes .....	383
7. Contrato de venda com reserva de domínio.....	383
8. Contrato de compra e venda a termo.....	384
9. Promessa de compra e venda de imóveis.....	384
10. Contrato de loca�o .....	385
11. Compens�o e liquida�o de obriga�o no âmbito do sistema financeiro nacional.....	385
12. Patrim�nio de afeta�o.....	386

13. Contrato de trabalho .....	388
14. Concessão de serviço público.....	389
15. Contrato de conta corrente.....	389
16. Contratos de mandato e comissão .....	390
17. Propriedade em comum .....	391
18. Contrato de sociedade .....	391
19. Compensação das dívidas do falido .....	394
CAPÍTULO 23 – AÇÃO REVOGATÓRIA .....	397
1. Atos ineficazes e revogáveis.....	397
2. Pagamento de dívidas não vencidas .....	400
3. Pagamento por meio extraordinário .....	400
4. Constituição de garantia real .....	401
5. Atos a título gratuito .....	401
6. Renúncia à herança ou ao legado.....	402
7. Traspasse do estabelecimento .....	402
8. Registros e averbações após a decretação da falência.....	403
9. Ineficácia do reembolso dos acionistas .....	404
10. Atos previstos no plano de recuperação judicial ou extrajudicial .....	405
11. Processamento da ação revocatória .....	405
12. Legitimação ativa e passiva .....	406
13. Competência, rito e prazo de propositura.....	407
14. Recurso da decisão revocatória .....	408
15. Ineficácia ou revogação de ato amparado em decisão judicial.....	409
16. Efeitos da ação revocatória.....	409
CAPÍTULO 24 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	411
1. Função e natureza jurídica.....	411
2. Restituição ordinária .....	412

3. Alienação fiduciária em garantia.....	412
4. Cessão fiduciária de direitos creditórios.....	414
5. Arrendamento mercantil.....	414
6. Mandato e comissão.....	415
7. Comodato.....	415
8. Contrato estimatório.....	416
9. Restituição de dinheiro em poder do falido e restituição fazendária.....	416
10. Restituições especiais.....	417
11. Restituição de coisa vendida a crédito.....	417
12. Restituição decorrente de adiantamento a contrato de câmbio.....	419
13. Valores entregues ao devedor pelo contratante de boa-fé.....	420
14. Rito processual.....	420
15. Embargos de terceiro opostos pelo cônjuge do falido.....	421
CAPÍTULO 25 CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	425
1. Razão de ordem.....	425
2. Gradação dos créditos.....	425
3. Créditos de natureza trabalhista.....	426
4. Crédito relativo a honorários advocatícios.....	428
5. Representantes comerciais autônomos.....	429
6. Créditos com garantia real.....	430
7. Créditos tributários.....	432
8. Créditos com privilégio especial.....	434
9. Créditos com privilégio geral.....	436
10. Créditos quirografários.....	436
11. Créditos subquirografários.....	437
12. Créditos subordinados.....	438
13. Créditos extraconcursais.....	439

CAPÍTULO 26 – REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO	441
1. O momento da liquidação.....	441
2. Plano de venda dos bens.....	443
3. Alienação comum ou ordinária.....	444
4. Formas ordinárias.....	445
5. Modalidades ordinárias.....	446
6. Modalidades extraordinárias.....	447
7. Sucessão nas obrigações do devedor.....	449
8. Disposições complementares à realização do ativo.....	451
9. Ordem de pagamentos.....	451
10. Importâncias reservadas.....	453
11. Disposições complementares ao pagamento do passivo.....	453
12. Encerramento da falência.....	454
CAPÍTULO 27 EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	457
1. Enquadramento.....	457
2. Pagamento.....	460
3. Decurso do tempo e encerramento da falência.....	460
4. Processamento do requerimento.....	461
5. Sócios de responsabilidade ilimitada.....	462

## **SEÇÃO V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

CAPÍTULO 28 – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	465
1. Convocação extrajudicial de credores.....	465
2. O acordo extrajudicial homologável.....	466
3. Condições gerais.....	469
4. Condições especiais.....	470
5. Credores excluídos.....	470

6. Instrução do pedido .....	471
7. Oposição dos credores .....	473
8. Efeitos .....	475

**SEÇÃO VI – O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO FONTE  
SUBSIDIÁRIA E AS CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES NOS PROCESSOS DE  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

<b>CAPÍTULO 29 DIÁLOGO COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b> .....	479
1. Questão de ordem .....	479
2. Contagem dos prazos de natureza processual .....	479
3. O sistema recursal da lei n. 11.101/2005 .....	481
4. Regime de publicações e intimações .....	483
5. Negócio jurídico processual .....	484
6. Cooperação jurisdicional (cooperação nacional) .....	484
7. Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial e de recuperação extrajudicial .....	485

**SEÇÃO VII – INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL OU TRANSFRONTEIRIÇA**

<b>CAPÍTULO 30 – SISTEMA NORMATIVO DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL NO BRASIL</b> .....	493
1. Finalidade, regras, princípios e funcionalidade .....	493
2. Juízo competente .....	496
3. Acesso à jurisdição brasileira .....	497
4. Reconhecimento de processo estrangeiro e seus efeitos .....	498
5. Cooperação direta e indireta .....	502
6. Processos concorrentes .....	503
<i>Bibliografia</i> .....	507